

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.750.068 - DF (2018/0154243-6)**

**RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**RECORRENTE : UNIÃO**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial manejado pela **União** com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, assim ementado (fl. 256):

*CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONCURSO PÚBLICO. PROVIMENTO DE CARGOS DA CARREIRA POLICIAL. PARTICIPAÇÃO DE CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS. CABIMENTO.*

*I - Na determinação dos atos normativos de regência (CF, art. 37, incisos I e VIII; Lei nº 8.112/90, art. 5º, § 2º; Lei nº 7.853/89, arts. 1º, §§1º e 2º, e 2º; Decreto nº 3.298/99, arts. 37, caput, 41, caput, e 43, § 2º; e Convenção Internacional sobre Direitos das Pessoas com Deficiências, promulgada pelo Decreto nº 6.949/2009, art. 27), deve a Administração Pública facultar a participação de candidatos portadores de necessidades especiais, em todo e qualquer processo seletivo para provimento de cargos ou funções públicas, observada a compatibilidade do desempenho das respectivas atribuições com a natureza da deficiência de que são portadores, devendo essa compatibilidade ser aferida, por equipe multifuncional, durante o estágio probatório. Precedentes do STF e do STJ, na espécie.*

*II - Apelação provida. Sentença reformada. Ação procedente.*

Opostos dois embargos declaratórios, foram rejeitados (fls. 299/308 e 340/348).

A parte recorrente aponta violação aos arts. 489, §1º, IV e 492 do CPC/2015. Sustenta negativa de prestação jurisdicional, sob o argumento de que o acórdão recorrido restou omissivo/contraditório na apreciação das seguintes teses: (I) princípio da isonomia; (II) momento próprio para verificação da compatibilidade; (III) possibilidade de verificação da compatibilidade no decorrer do concurso público, e não

# Superior Tribunal de Justiça

só durante o estágio probatório; e (IV) a extensão da eficácia do acórdão, no que se refere às seguintes indagações: "(1) O acórdão tem eficácia apenas sobre a Administração Direta vinculada ao Poder Executivo federal, ou sobre a Administração Direta e também sobre a Administração Indireta (autarquias e fundações públicas) vinculadas ao Poder Executivo federal?; (2) O acórdão tem eficácia sobre todas as carreiras do Poder Executivo federal, ou somente sobre as carreiras policiais do Poder Executivo federal?; (3) O acórdão determina que a obrigação de não fazer incida apenas sobre os concursos públicos cujos editais de abertura ainda serão lançados, ou também determina que incida sobre os concursos em andamento?"

Afirma que o Tribunal de origem proferiu decisão *extra petita*, sob o argumento de que "o acórdão não pode mesmo alcançar os concursos já findos, especialmente porque pedido nesse sentido não houve. Eventual decisão com esse conteúdo seria flagrantemente *ultra petita*" (fl. 368).

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo desprovimento do recurso (fls. 445/450).

## **É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

A irresignação comporta parcial acolhida.

Verifica-se, inicialmente, não ter ocorrido negativa de prestação jurisdicional quanto às teses (I) de violação ao princípio da isonomia; (II) do momento próprio para verificação da compatibilidade; e (III) da possibilidade de verificação da compatibilidade no decorrer do concurso público, e não só durante o estágio probatório, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, essas questões que lhe foram submetidas, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

Contudo, em relação à tese de extensão da eficácia do acórdão, no que se refere às indagações de que: "(1) O acórdão tem eficácia apenas sobre a Administração Direta vinculada ao Poder Executivo federal, ou sobre a Administração Direta e também sobre a Administração Indireta (autarquias e fundações públicas) vinculadas ao Poder Executivo federal?; (2) O acórdão tem eficácia sobre todas as carreiras do Poder Executivo federal, ou somente sobre as carreiras policiais do Poder Executivo federal?;

# *Superior Tribunal de Justiça*

(3) *O acórdão determina que a obrigação de não fazer incida apenas sobre os concursos públicos cujos editais de abertura ainda serão lançados, ou também determina que incida sobre os concursos em andamento?*", observa-se que o Tribunal de origem, mesmo provocado em sede de embargos declaratórios, quedou silente sobre tal argumentação, que se mostra relevante para o deslinde da controvérsia, em franca negativa de prestação jurisdicional.

A propósito, confira-se o seguinte precedente:

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL INTERPOSTO CONTRA DECISÃO QUE PROVEU O RECURSO ESPECIAL, EM VIRTUDE DE OFENSA AO ART. 535 DO CPC. ACÓRDÃO RECORRIDO. OMISSÃO CARACTERIZADA.*

*1. Deixando o Tribunal a quo de apreciar tema relevante para o deslinde da controvérsia, o qual foi suscitado em momento oportuno, fica caracterizada a ofensa ao disposto no art. 535 do CPC.*

*2. No caso, é imprescindível que o Tribunal de origem se manifeste sobre a questão no sentido de que "o primeiro pedido de suspensão ou arquivamento do processo, feito pelo Estado exequente, em 18/03/2003, é o termo inicial da prescrição intercorrente no caso concreto", sobretudo em razão do entendimento desta Corte no sentido de que o prazo da prescrição intercorrente se inicia após um ano da suspensão da execução fiscal quando não localizados bens penhoráveis do devedor, conforme dispõe a Súmula 314/STJ.*

*3. Agravo regimental não provido.*

**(AgRg no REsp 1340084/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/05/2013, DJe 13/05/2013)**

**ANTE O EXPOSTO**, dou parcial provimento ao recurso especial para anular o acórdão que apreciou os embargos de declaração e, por conseguinte, determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem a fim de que seja realizado novo julgamento com o exposto enfrentamento das questões aqui consideradas omitidas.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 02 de setembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
Relator

